FX AERO INDUSTRIAL LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licenca de Operação Nº 36008258, válida até 15/04/2018, para Usinagem (torno, fresa, etc) serviço, sito à RUA ALBERTO GUIZZO, 634, DISTRITO IND JOÃO NAREZZI CIMA COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS TEXTEIS LTDA - EPP. torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 29006954 , válida até 24/04/2018, para Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário), sito à AVENIDA GUILHERME COTCHING, 766, VILA MARIA/SP.

SAREPTA METAIS LTDA, EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licenca de Operação Nº 29006952, válida até 23/04/2018, para Galvanoplastia serviço de sito à RUA SANTA TERESA DE JESUS, 353 VILA SANTA TEREZINHA, SÃO

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso CNPJ nº 61.699.567/0013-26

2014

0.00

85.806.626,29 81.041.538,89

85.806.626,29 81.041.538,89

85.806.626.29 81.041.538.89

17.123.800,48 17.546.667,24

5.870,59

0.00

.450,03

1.791.401.33

3.904.06

16.869.804,21 17.359.470,50

0.00

21.419,06

156.773,54 9.080,00

10.365.28

32.189,94

97.350,93

11.238,72

0.00

2013

0.00

0.00

0.00

0,00

3.614.483.07

119.053,47

410.130.29

2.487.379.67

(135.567,97)

6.495.478,53

135.567,97

135.567.97

433.046.50

174.143,58

158.578.273,46

201.502,43

135.567.97

(311.303.82)

607.190,08

142.881.375

0.00

(144.169.375,42) (164.776.273,46)

(1.288.000,00) (6.198.000,00)

0,00

0,00

0.00

1 966 019 54

0.00

Nota da Administração
Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade: SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso. Relatório da Administração seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é ros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquími-

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associa- uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e dos. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsáencerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como tões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital unicom notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aproversitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria conde nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tra-tínua dos servicos prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secuntanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta quadária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando lidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermei-Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e vel pela análise de balancos. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gesvar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas

Superávit/Déficit

do Exercício

0.00

0,00

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

cos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4° da Lei 12.101, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo 28.02.2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais

Comparativo dos Baia					Dezembro - Valores	
ATIVO	2014					2
Ativo Circulante	39.939.415,93	34.872.658,16		Circulante		39.237.058
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	295.886,26	607.190,08		lores (nota 4.8)		2.169.377
Caixa	0,00	0,00		de Terceiros Po urídica (nota 4.		1.146.639
Bancos conta movimento (nota 4.1)	71.337,57	81.975,82		a pagar (nota 4		3.050.899
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	224.548,69	525.214,26		ções a recolhe		771.855
Contas a Receber	,	32.598.286,69		de férias (nota		5.189.701
Valores a Receber - Prefeitura Municipal			Provisão	de FGTS sobre	e férias (nota 4.13)	415.193
Guarulhos (nota 4.3.1)	9.600.000,00	6.800.000,00		para 13º salári		C
Estimativa de Rescisão	9.000.000,00	0.000.000,00			3º salário (nota 4.14	
	11 000 001 01	0.000.717.00			contratual (nota 4.15	
Contratual (nota 4.3.2)	11.362.981,81	8.896.717,26		a recolher (no		1.049.337
Valores em Negociação -Contrato/				es Tributárias (mo a funcionár		172.326
Convênio (nota 4.3.3)		16.901.569,43		20/03 (nota 4.1		93.621
Outros Créditos (Nota 4.4)	476.048,20	584.446,14		rabalhista a pa		2.500
Adiantamentos a fornecedores (nota 4.4.1)	62.194,62	65.407,54		ontas a pagar (997.125
Antecipações salariais (nota 4.4.2)	14.002,23	61.130,45		de terceiros	,	
Antecipação de férias (nota 4.4.3)	297.294,76	364.591,92		so poder (nota		55.014
Outros créditos e adiantamentos (nota 4.4.4)	19.295,32	3.540,23		mentos/Emprés		
Depósito judicial (nota 4.4.5)	83.261,27	89.776,00		mentos (nota 4		9.990.000
Despesas Pagas Antecipadamente	29.887,68	29.869,19		os/Contratos pú	IDIICOS	2.770.483
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota	,	29.869,19		ar (nota 4.22) não Circulant e	•	1.704.097
Estoques	1.273.042,55	,		de Despesa	•	1.704.037
Estoque Materiais e Medicamentos (nota 4.6	,	,		os Cíveis (nota	4.20)	500.000
Ativo Não Circulante	1.001.739,89	,		de Despesa P		
Ativo Imobilizado -	1.001.739,09	1.203.242,32		stas (nota 4.20		202.357
	1 001 700 00	1 000 010 00		de Despesa P	rocessos	_
Bens de Terceiros (nota 4.7)	1.001.739,89	,		os (nota 4.20)		0 000 000
Bens Móveis	2.632.626,13	,		es - Bens Movi ida útil econôm	eis de terceiros	2.632.626
Ajuste vida útil - bens terceiros		(1.402.260,07)		óveis de terceir		(1.630.886
Total do Ativo	,	36.075.900,48	Total do		00	40.941.155
Contas de Compensação	0,00	2.605.502,39		le Compensaç	ão	C
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	0,00	,	Operaçõe		lercadorias-Terceiros	s C
Bens recebidos	0,00	2.605.502,39	Bens rec	ebidos		C
Demonst					Valores em Reais	
Danaviaão			Reservas	Avaliação	Superávit/Déficit	Superávit
Descrição Saldo 31/12/2012	Nota	social Res	avaliação 0,00	Patrimonial 0,00	Acumulado 0,00	do E
Incorporação ao Patrimônio Social		0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Patrimônio					0,00	
Realização da Reserva de Reavaliação						
Ajustes de Exercícios Anteriores					0,00	
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00		
Superávit/(Déficit) do Exercício						
Saldo 31/12/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	
Incorporação ao Patrimônio Social Transferência de Patrimônio						
Realização da Reserva de Reavaliação						
Ajustes de Exercícios Anteriores						
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00		
O () () () () () () () ()				-,		

2014	2013	<u>Descricão</u>
58,15	34.280.149,99	Receitas Operacionais com Restrições
77,55	1.979.669,86	Receita Bruta de Serviços
		Prestados com Restrições
39,87	792.900,28	Prefeitura Municipal
99,20	2.594.997,65	de Guarulhos (nota 5.1)
55.47	746.172,87	(=) Receita Líquida de Serviços
01,21	5.260.493,31	Prestados com Restrições
93,68	420.839,46	(+) Outras Receitas com Restrições
0,00	0,00	Outras Receitas
0,00	0,00	Descontos Recebidos
31,81	8.896.717,26	Financeiras
37,42	1.086.263,27	Doações Recebidas (nota 5.3)
26,49	54.959,89	Ganhos de capital
		Isenção usufruída - INSS Serviços
21,23	118.642,45	Próprios (nota 9.1)
00,00	0,00	Isenção usufruída - INSS Serviços
25,70	344.806,99	Terceiros (nota 9.2)
		Isenção usufruída – COFINS (nota 9.3)
14,76	28.576,65	Trabalho Voluntário (nota 9.4)
		(=) Receita Líquida com Restrições
00,00	11.278.000,00	(-) Custos dos Serviços
		Prestados com Restrições
33,76	677.110,05	(-) Serviços - Pessoal Próprio
97,67	1.795.750,49	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física
		(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica
00,00	500.000,00	(-) Manutenção e Conservação
		(-) Mercadorias
57,78	92.508,17	(-) Financeiras
		(-) Outras Despesas
0,00	0,00	(-) Tributos
26,13	2.605.502,39	(=) Superávit/Déficit Bruto
		com Restrições
	(1.402.260,07)	(-) Despesas Operacionais
	36.075.900,48	com Restrições
	2.605.502,39	(-) Serviços - Pessoal Próprio
	2.605.502,39	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física
0,00	2.605.502,39	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica
		(-) Manutenção e Conservação

:6	Financeiras	236.450,03	156.773,54
7	Doações Recebidas (nota 5.3)	11.675,65	9.080,00
9	Ganhos de capital	0,00	0,00
	Isenção usufruída - INSS Serviços		
5	Próprios (nota 9.1)	14.135.865,93	14.819.558,83
0	Isenção usufruída - INSS Serviços		
9	Terceiros (nota 9.2)	159.739,50	97.350,93
	Isenção usufruída – COFINS (nota 9.3)	2.574.198,78	2.431.246,16
5	Trabalho Voluntário (nota 9.4)	0,00	11.238,72
	(=) Receita Líquida com Restrições	102.930.426,77	98.588.206,13
0	(-) Custos dos Serviços		
	Prestados com Restrições	71.938.415,08	65.041.218,62
5	(-) Serviços - Pessoal Próprio	48.311.885,15	51.798.535,09
9	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	470,92
	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	12.688.084,23	3.129.736,75
0	(-) Manutenção e Conservação	1.668.883,30	2.138.391,32
	(-) Mercadorias	9.269.533,95	7.974.036,79
7	(-) Financeiras	0,00	2,75
	(-) Outras Despesas	0,00	
0	(-) Tributos	28,45	45,00
9	(=) Superávit/Déficit Bruto		
	com Restrições	30.992.011,69	33.546.987,51
7)	(-) Despesas Operacionais		
8	com Restrições		16.187.517,01
9	(-) Serviços - Pessoal Próprio	9.127.048,21	
9	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	798.697,47	
9	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.952.537,71	
	(-) Manutenção e Conservação	209.133,98	
	(-) Mercadorias	204.776,99	298.528,02

Financeiras

) Outras Despesas

) Outras Despesas com

Restrições - Afiliadas

(-) Isenção usufruída ·

Incorporação ao Patrimônio Social Transferência de Patrimônio Realização da Reserva de Reavaliação Ajustes de Exercícios Anteriores Ajuste de Avaliação Patrimonial Superávit/(Déficit) do Exercício Saldo 31/12/2013 Incorporação ao Patrimônio Social Transferência de Patrimônio Realização da Reserva de Reavaliação Ajustes de Exercícios Anteriores Ajuste de Avaliação Patrimonial Superávit/(Déficit) do Exercício		0,00	
Saldo 31/12/2014		0,00	
	•	monstração do V	
Descrição	2014	2013	
1 - Receitas	102.693.976,74	, , , ,	
1.1) Prestação de serviços		81.041.538,89	
1.2) Subvenções e outras receitas operacionados de contras receitas de contras de contras receitas de contra	onais 0,00	0,00	
1.3) Outras Receitas (-) Receitas			
Anuladas do Exercício Anterior	17.546,24	30.499,06	
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições		17.348.155,92	
1.5) Trabalho Voluntário	0,00	11.238,72	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros			
(Inclui ICMS e IPI)		17.118.482,91	
2.1) Matérias-primas consumidas	2.475,46	2.606,20	
2.2) Custo das mercadorias utilizadas			
nas prestações	9.471.835,48		
2.3) Serviço de terceiros e outros	16.119.380,96	,	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos		-,	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)		81.312.949,68	
4 - Retenções	0,00	0,00	
		às Demonstraçõ	
1- Contexto Operacional: A Entidade, SP o Desenvolvimento da Medicina é uma vos, de natureza filantrópica, reconhecida	Associação civil de utilidade públi	sem fins lucrati- ca federal, esta-	
dual a municipal respectivemente pelos de	cratos nºs 57 025	do 04/03/1966	

	0,00				0.00
	0,00			0,00	0,00
0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
alor Adicionado	- Valores em R	Reais			
<u>Descrição</u>		_	2014		2013
4.1) Depreciação	, amortização e	exaustão	0,00		0,00
5 - Valor Adicior	nado Líquido				
Produzido pela	Entidade (3-4))	77.100.284,84	81.312	2.949,68
6 - Valor Adicior	nado Recebido				
em Transferênc	cia		236.450,03	156	6.773,54
6.1) Receitas fina	anceiras		236.450,03	156	6.773,54
7 - Valor Adicior	nado Total (5+6)	77.336.734,87	81.469	9.723,22
8 - Distribuição	do Valor Adicio	onado	77.336.734,87	81.469	9.723,22
8.1) Pessoal e er	ncargos		57.438.933,36	61.162	2.422,39
8.2) Impostos, ta	xas e contribuiç	ões	34.736,18	32	2.234,94
8.3) Juros			1.795.305,39	1.976	6.463,43
8.4) Aluguéis			1.197.955,73	939	9.207,82
8.5) Isenção usu	fruída sobre cor	ntribuições	16.869.804,21	17.348	3.155,92
8.6) Trabalho Vol	untário		0,00	11	1.238,72
8.7) Lucros retido	os / prejuízo do	exercício	0,00		0,00
es Contábeis em	1 31.12.2014 e 2	2013			

tes/por mês nas especialidades de cardiologia, fisiatria, endocrinologia,

INSS Serviços Próprios 14.135.865.93 14.819.558.83 (-) Isenção usufruída -0.00 **INSS Serviços Terceiros** 159.739,50 (-) Isenção usufruída - COFINS (-) Trabalho Voluntário 2.574.198.78 2.431.246.16 0,00 Outras Despesas (=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições 0,00 Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais Descrição Fluxos de caixa das atividades operacionais Resultados do exercício/período 0.00 Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais 0.00 Depreciação e amortização Resultado na venda de ativos permanentes 0.00 Ajuste nas contas patrimoniais 0,00 Variações nos ativos e passivos (Aumento) Redução em contas a receber (5.157.885,10) (Aumento) Redução em estoques (193.738,38)Aumento (Reducão) em fornecedores 541.556.03 Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões 5.786.763.63 Aumento (Redução) de Bens de Terceiros (201 502 43) Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais 775.193,75 Fluxos de caixa das atividades de investimentos (-) Compras de imobilizado 0,00

-) Adição de Bens de Terceiros

Disponibilidades líquidas geradas

pelas (aplicadas nas) atividades

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Adição de bens intangíveis

Juros pagos por empréstimos

Aumento (Redução) Caixa e

Equivalentes de Caixa

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de

de investimentos

Empréstimos tomados

(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures

financiamentos

No início do período

de 30/07/1970. A diretriz primordial ciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. 1.1-Características da Unidade: A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi construída no bairro dos Pimentas, no município de Guarulhos, com ver-SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, tem por objetivo atender de forma equânime conforme os princípios do SUS, prestando serviços de assistência à saúde pública, com qualidade e compromisso social. A unidade é um hospital geral, atualmente com 135 leitos, que oferece assistência de dor torácica, AVC com trombólise e sepses. O Ambulatório da unidade,

neurologia adulto e infantil, cirurgia vascular, ortopedia, gastrologia e otorrinolaringologia. Também oferece serviço de reabilitação para pacientes orto dual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, pédicos e neurológicos, adulto e infantil, com disponibilização de aproximadamente 2.500 vagas mensais, com equipe multidisciplinar que envolve t Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e siatras, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, acupuntuà prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e ter- ra, ambulatório da dor e tai chi chuan. Em breve será inaugurado setor de reabilitação virtual e será iniciado o serviço de cinoterapia (reabilitação com auxílio de cão hospitalar). Disponibiliza também setor de apoio diagnóstico com exames de mamografia, tomografia, ecodopler, eletroencefalograma, eletroneuromiografia e ultrassonografia. O Convênio № 01/2006 FMS do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi celebrado em 07/08/2006, entre a SPDM / UNIFESP e a Prefeitura do Município de Guarulhos. A unidatem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo de teve suas atividades iniciadas em 18/09/2006 e sua gestão tem a participação direta da comunidade, representada pelos membros do "Conselho Gestor". A SPDM mostrou que é possível fazer saúde pública com qualida-de e excelência, através de melhorias nos serviços de Enfermagem e na Assistência Medica. 2 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2.1 Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determijurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional nação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde. Assim, a condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado mo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º ba federal e convênio com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A unidade do Estatuto Social); c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). 2.2-Isende urgência e emergência a cerca de 500 mil habitantes da região, com uma ção Tributária e característica da isenção: A SPDM também se enquadra média de 15 mil atendimentos mensais, com gerenciamento de protocolos no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que

estratificado por risco e integrado com a rede, atende cerca de 5 mil pacien- atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº de do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - man-

No final do período 295.886.26 607.190.08 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as se guintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais 2.3 - Requisitos para manutenção da Isenção tributária.: A Lei 12.101 de 27.11.2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administra-. dos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularida-



despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade: V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária: VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafo que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede; I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias deve ser inferior a 5 vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1 º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. 3-Apresentações das Demonstrações Má Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos. e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 3.1 - Razão Social da Unidade: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, Rua São José do Paraíso, 100 - Bairro Imperial. Guarulhos - SP CEP 07243-550 - CNPJ nº 61.699.567/0013-26. **3.2 - Formalidade da escritura-**ção contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000).: A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lancamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentacão contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínse cas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 4 - Principais Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas à Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **4.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC № 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC № 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

31.12.2014 - R\$ 31.12.2013 - R\$ 81.975,82 Caixa e Saldos em Bancos 71.337.57 525.214,26 Aplicação Financeira de Curto Prazo 224.548,69 Caixa e Equivalentes de Caixa 607.190.08 295.886.26 4.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanco, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendi-

mento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Tipo de Aplicação 31/12/2014 31/12/2013 Instituição Financeira Taxa % Banco Bradesco S/A Hiperfundo 0.62 6.889,37 502.270,96 0,96 217.041,11 22.641,20 Banco Bradesco S/A CDB Banco Bradesco S/A Hiperfácil 618,21 302,10 n/a (*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. 4.3-Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 4.3.1-Valores a Receber - Prefeitura Municipal Guarulhos: Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Convênio 1222/2011-FMS, proveniente da Prefeitura

Municipal de Guarulhos. Repasse Mensal Total Novembro (parcial) 1.900.000,00 Dezembro 7.700.000.00 9.600.000,00 Total

4.3.2-Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual Saldo em 31.12.2014 Aviso Prévio indenizado R\$ 4.274.720.74 R\$ 7.088.261,07 Multa 50% FGTS Total R\$ 11.362.981,81

4.3.3-Valores em negociação: Os valores registrados nesta conta representam outros valores a receber relacionados a atividade principal da unidade gerenciada, correspondente a valores resultantes do resultado orçamentário da instituição Por conta da Resolução CFC 1.305/2010, os valores com gastos ou perdas já incorridos, serão restituídos ou compensados pelo órgão concedente até o final do contrato, a fim de contribuir com o equilíbrio financeiro da instituição. 4.4-Outros Créditos: Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. 4.4.1-Adiantamento a Fornecedores: Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamentos reacilidades como adiantamentos reacilidades como adiantamentos actual como adiantamentos reacilidades como adiantamentos c

....continuação tenha escrituração contábil regular que registre as receitas e lizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêalimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. 4.4.2-Antecipações Salariais: Os valores registrados nessa conta representam valores antecipados aos colaboradores que serão ressarcidos posteriormente. 4.4.3-Antecipação de Férias: A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). 4.4.4 Outros Créditos e Adiantamentos: Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde 4.4.5 Depósito Judicial: Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes. 4.5-Despesas Pagas Antecipadamente: Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do der a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada bem novo, conforme o caso. **4.6-Estoques:** Os estoques foram avaliados com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais

Acedem os valores de mercado e referem-se ao	s produces e materials seg	juinte forma:		
emonstrativo da movimentação de Bens do Ati	vo Imobilizado em 2014			
escrição	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2014
nobilizado - Bens de Terceiros	2.605.502,39	79.787,51	52.663,77	2.632.626,13
ens Móveis	2.605.502,39	79.787,51	52.663,77	2.632.626,13
parelhos Equipamentos Utensílios Médicos				
Odontológicos Laboratoriais	832.951,70	8.118,50	3.100,00	837.970,20
quipamentos Processamento de Dados	490.514,33	12.466,45	25.681,53	477.299,25
lobiliário em Geral	749.583,80	38.081,56	1.046,50	786.618,86
láquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	293.127,81	17.849,20	18.734,93	292.242,08
eículos de Tração Mecânica	34.700,00	0,00	0,00	34.700,00
parelhos de Medição	14.387,55	0,00	0,00	14.387,55
parelhos de Equipamento Comunicação	2.953,00	1.235,80	690,80	3.498,00
parelhos e Utensílios Domésticos	103.204,17	2.036,00	1.080,00	104.160,17
láquina e Equipamento de Natureza Industrial	18.701,28	0,00	0,00	18.701,28
quipamentos para Áudio Vídeo e Foto	60.135,65	0,00	2.330,01	57.805,64
láquinas e Utensílios de Escritório	5.243,10	0,00	0,00	5.243,10
otal Imobilizado - Terceiros	2.605.502,39	79.787,51	52.663,77	2.632.626,13
escrição	Posição em 31/12/2013	Ajuste do Exercício	Baixa	Posição em 31/12/2014
juste Vida Útil-Bens de Terceiros	(1.402.260,07)	(239.246,18)	10.620,01	(1.630.886,24)
ens Móveis	(1.402.260,07)	(239.246,18)	10.620,01	(1.630.886,24)
parelhos Equipamentos Utensílios Médicos				
Odontológicos Laboratoriais	(388.036,79)	(83.712,01)	1.524,17	(470.224,63)
quipamentos Processamento de Dados	(446.268,11)	(28.888,89)	65,96	(475.091,04)
lobiliário em Geral	(298.587,86)	(76.571,14)	510,47	(374.648,53)
láquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(135.638,02)	(29.590,38)	7.526,53	(157.701,87)
eículos de Tração Mecânica	(34.700,00)	0,00	0,00	(34.700,00)
parelhos de Medição	(9.672,56)	(1.438,80)	0,00	(11.111,36)
parelhos de Equipamentos Comunicação	(1.748,01)	(298,05)	201,84	(1.844,22)
parelhos e Utensílios Domésticos	(61.524,03)	(10.382,24)	195,90	(71.710,37)
láquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(6.389,66)	(1.870,08)	0,00	(8.259,74)
quipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(17.448,45)	(5.970,31)	595,14	(22.823,62)
láquinas e Utensílios de Escritório	(2.246,58)	(524,28)	0,00	(2.770,86)
otal Ajuste Vida Útil-Bens de Terceiros	(1.402.260,07)	(239.246,18)	10.620,01	(1.630.886,24)
	, ,			, , ,

pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". 4.8-Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. 4.9 Serviços de Terceiros Pessoa Física/ Pessoa Jurídica: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, limpeza, manutenção e vigilância. **4.10 Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 4.11 Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS. FGTS, PIS e Contribuições Sindicais, totalizando R\$ 771.855,47.

To

Contribuições a recolher Total 242.856.55 **FGTS** 468.159,83 Contribuições sindicais 2.304.76 4.12 Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre

folha de pagamento e ISS sobre serviços prestados por pessoa física, totalizando R\$ 1.049.337,42. Impostos a recolher Total 1.048.204.20 RRF a recolher ISS a recolher 1.133.22

4.13-Provisão de Férias e Encargos: Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 4.14-Provisão de 13º Salário e Encargos: Os valores dessa conta representam as provisões de 13° salário e seus respectivos encargos com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 4.15-Estimativa de Rescisão Contratual: Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores sem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo

Estimativas Rescisão Contratual Saldo em 31.12.2014 Aviso Prévio indenizado Multa 50% FGTS R\$ 7.088.261.07 R\$ 11 362 981 81 Total

4.16-Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4.17-Obrigações Tributárias.: Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes, conforme quadro abaixo:

Obrigações Tributárias Total 58.420.16 INSS a recolher 4.831.70 ISS a recolher IRRF a recolher 14.414,24 PIS/COFINS/CSL a recolher 94,660,39 4.18-Empréstimos a Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com

o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2014 refede constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para

neros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2014 é de R\$ 1.273.042,55. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

	Valo	res em Reais
Tipo	31/12/2014	31/12/2013
Materiais utilizados no setor de Nutrição	73.494,75	72.252,80
Materiais utilizados no setor de Farmácia	448.128,95	330.335,52
Materiais de Almoxarifado	625.217,99	608.903,93
Materiais de Terceiros	126.200,86	41.373,81
Total	1.273.042,55	1.052.866,06

4.7-Imobilizado: O imobilizado da SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a aten-

36) 22) 37) 74) 32) 36) lade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2014 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 2.047.567,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2014, a SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.181.971.67. Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável", não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 634.750,50. 4.21-Outras contas a pagar: Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. 4.22-Convênios/Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Resolução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade fim. O saldo a realizar em 31.12.2014 representa R\$ 2.770.483,76, a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato em 31.12.2014. 4.23-Financiamenestimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fos- tos/Empréstimos/ Parcelamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), de acordo com o prazo de pagamento do empréstimo estipulado em contrato. Tino de Instituição

Financeira Operação Taxa % Prazo 31/12/2014 31/12/2013 Banco Bradesco Capital

de Giro

1.35 31 dias 9.990.000.00 11.278.000.00

4.24-Materiais de terceiros em nosso poder: Os valores dessa conta representam materiais recebidos de terceiros mantidos no estoque da instituição, que tem por objetivo manter o atendimento emergencial dos serviços de saúde e poderão ser devolvidos no prazo determinado. 4.25-Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 4.26- Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC 1305/10 (item 12 e 15), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". 5-Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doacões, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 5.1-Das Receitas Operacionais: As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. 5.2-Custos e Despesas Operacionais: Os 31.12.2014 representa R\$ 93.621,23.4.19-Acordo Trabalhista a pagar: Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a esrente a processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício trutura e parametrização do sistema da SPDM. 5.3-Doações: Eventualcorrente. 4.20-Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins mente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2014 a Instituição recebeu em doações um continua-



5.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC № 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2014, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme Convênio 1222/2011, no valor de R\$ 85.100.000,00. 6-Resultado do Exercício: O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. Em virtude da aplicação Resultado Contábil de outros itens da resolução CFC 1305/2010, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. A Entidade apurou em 2014 receitas no montante de R\$ 85.353.996,27 e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 86.060.622,56, considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ -706.626.29. Esse desequilíbrio financeiro pode estar associado à demanda de atendimento dos serviços de saúde, políticas de gestão ou pela ausência de recursos financeiros para a manutenção do custeio da unidade, variáveis influentes no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/convênio. 7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos aten-

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M. Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. Presenças: Profs. Drs. Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranieira. Ausências justificadas: Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. Convidados: Superintendentes: Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. ORDEM DO DIA: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos

Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014. Consolidado da SPDM -Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV),

demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, que compreende o Balanço Patrimonial em 31.12.2014, e as procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

continuação total de R\$11.675.65, enquanto que em 2013 foi de R\$ 9.080.00, dimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus servicos o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), apresentou a seguinte produção em 2014:

l	Tipo de Atendimento		Tota
ı	Internação		7.457
	Hospital-Dia		47.546
	Ambulatório		46.676
	Cirurgias Eletivas / Urgência		2.149
ı	Partos / Cesáreas		2.240
ı	Urgência/Emergência		192.800
	SADT Externo		516.904
;	8-Relatório de Execução do Cor	ntrato de Gestão	
)	Linhas de Contratação	Contratado 2014	Realizado 2014
•	Internação	0,00	7.45
,	Hospital-Dia	0,00	47.54
,	Hospital-Dia Ambulatório	0,00 49.100	47.540 46.670
	Ambulatório	49.100	46.67
	Ambulatório Cirurgias Eletivas / Urgência	49.100 1.856	46.676 2.149
,	Ambulatório Cirurgias Eletivas / Urgência Partos / Cesáreas	49.100 1.856 2.196	46.670 2.149 2.240
,	Ambulatório Cirurgias Eletivas / Urgência Partos / Cesáreas Urgência/Emergência	49.100 1.856 2.196 216.000	46.670 2.149 2.240 192.800

9-Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo n° 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22.06.2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas 9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2014, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 14.135.865,93. Em 2013, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta es-

Receitas 2014

102.930.426.77

Despesas 2014

102.930.426.77

pecífica de receita, totalizou R\$ 14.819.558,83. 9.2- Isenção da Contribui-Ronald Maia Filho - Diretor Técnico ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS). Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos ampos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-So-Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria. 1) Examinamos as pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo demonstrações contábeis da SPDM – Associação Paulista para o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

cão Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2014 atingiu um montante de R\$ 159.739,50. Em 2013 o referido valor de receita totalizou R\$ 97.350,93. 9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2014 foi de R\$ 2.574.198,78. To mando-se por base os recursos recebidos em 2013, esse montante foi de R\$ 2.431.246,16. 9.4-Trabalho Voluntário: Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento em uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Em 2014 a entidade entendeu por bem não mensurar os valores relativos ao trabalho voluntário. 10-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando--se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns acasos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensura ção da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve--se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhe cidas por seu valor presente. 11-Exercício Social: Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de ianeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2014.

Regiane Aparecida Fontes da Silva - Contadora - CRC 1SP218012/O-0 AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD -Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades ÚPA João XXIII (JOÃO XXIII) -PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DEN TRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0) . Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administra ção e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Dr^a Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO). CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA).o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2015 Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde corros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos DENTRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas ob-Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o servações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Prof Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso em 31.12.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17.03.2015. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/ O-3 - Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- · livraria.imprensaoficial.com.br Livraria Virtual
- · Rua XV de novembro, 318 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

